

014

PERFIL SOCIOPROFISSIONAL E CONCEPÇÕES DE POLÍTICA CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO RS. *Flavia Faermann, Rodrigo de Azevedo (orient.) (UFRGS).*

A presente pesquisa, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania do PPG-Sociologia da UFRGS em convênio com a Procuradoria Geral de Justiça do RS, tem por objetivo a coleta e sistematização de dados a respeito do perfil sócio-profissional e das concepções de política criminal dos integrantes do Ministério Público no Rio Grande do Sul. O tema da criminalidade e da segurança pública vem ocupando vastos espaços no debate público contemporâneo. Tendo um papel central no encaminhamento de ações penais para a criminalização de condutas, os promotores e procuradores de justiça compõem a carreira jurídica mais diretamente confrontada com a tensão entre a garantia de direitos fundamentais do cidadão e a necessidade de uma maior eficácia no funcionamento dos mecanismos institucionais de controle da criminalidade. Além dos dados estatísticos fornecidos pela Procuradoria Geral de Justiça a respeito do perfil sócio-profissional dos integrantes da categoria (idade de ingresso na carreira, estado civil, sexo, etc.), será aplicado um questionário que permitirá correlacionar variáveis como Faculdade de origem, comarca onde atua, escolaridade dos pais, etc., com as concepções sustentadas a respeito de temas polêmicos como a idade de responsabilidade penal, o papel investigatório do MP, a importância dos Juizados Especiais Criminais, entre outros. Por fim, com base nos resultados dos questionários, serão feitas entrevistas em profundidade com ocupantes de postos chave na área de atuação criminal do Ministério Público gaúcho. Como resultado, pretende-se colocar a disposição dos integrantes do Ministério Público e da sociedade como um todo os resultados da pesquisa, através da realização de seminário, apresentação em eventos de âmbito nacional e internacional e da publicação da pesquisa, e assim contribuir para dar uma maior transparência às concepções hegemônicas dos integrantes de uma instituição central para a administração da justiça no Brasil.